

## A32 - ANALISTA DO MPU - SUPORTE E INFRAESTRUTURA

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

#### Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

**8**

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

**9**

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

**10**

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

**11**

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

**12**

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

**13**

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

**14**

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

**15**

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

## Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

**18**

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

**19**

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

**20**

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**21**

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

**22**

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

**23**

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

**24**

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

**25**

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Noções de Administração Pública

**26**

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

**27**

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

**28**

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

**29**

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

**30**

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

## MÓDULO II

### Legislação Institucional

**31**

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

**32**

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

**33**

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

**34**

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

## Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

## Conhecimentos Específicos

41

O analista Juca precisa criar um esquema no banco de dados `processos` e atribuir direitos para o perfil `ad1`. Para isso, com o perfil `dadosadm`, Juca definiu os seguintes passos:

1. criar o esquema `processos`; e
2. atribuir ao perfil `ad1` o direito de apagar os registros das tabelas do esquema `processos`, criados por `dadosadm`, podendo usar alguma condição.

No PostgreSQL, para implementar os passos definidos, Juca deve executar os comandos:

- (A) 

```
CREATE SCHEMA processos;
CREATE PRIVILEGES FOR ROLE dadosadm IN SCHEMA
processos GRANT TRUNCATE ON TABLES TO ad1;
```
- (B) 

```
SET SCHEMA processos;
SET DEFAULT PRIVILEGES FOR ROLE dadosadm IN SCHEMA
processos GRANT USAGE ON TABLES TO ad1;
```
- (C) 

```
INSERT SCHEMA processos GRANTED BY dadosadm;
GRANT UPDATE FOR ROLE dadosadm IN SCHEMA processos;
```
- (D) 

```
CREATE SCHEMA processos AUTHORIZATION dadosadm;
ALTER DEFAULT PRIVILEGES FOR ROLE dadosadm IN SCHEMA
processos GRANT DELETE ON TABLES TO ad1;
```
- (E) 

```
BEGIN SCHEMA processos;
SET PRIVILEGES FOR ROLE dadosadm IN SCHEMA processos
REVOKE TRUNCATE ON TABLES TO ad1;
```

42

O analista de suporte José precisa otimizar o banco de dados DMJus do ambiente de Data Warehouse do MPU. O DMJus implementa modelos de dados multidimensionais cujas dimensões possuem muitos atributos de baixa cardinalidade, ou seja, apresentam um número baixo de valores distintos – por exemplo, Unidades da Federação (UF).

Para otimizar o DMJus, melhorando seu desempenho, José deve criar um índice do tipo:

- (A) hash;
- (B) bitmap;
- (C) caching;
- (D) clustered;
- (E) non-clustered.

43

O analista Pablo está implementando várias rotinas de carga de dados no Data Warehouse do MPU. Pablo observou que os dados origem, que alimentam as principais dimensões, possuem sua própria chave de identificação.

Para não comprometer o uso dessas chaves com a sobreposição de chaves oriundas de outras fontes, Pablo deve implementar uma chave artificial por meio de um(a):

- (A) controle de versões;
- (B) barramento de dados;
- (C) slowly changing dimension;
- (D) gerenciador de hierarquias;
- (E) rotina de geração de chaves surrogadas.

44

O analista de suporte Theo está projetando e otimizando a infraestrutura de desenvolvimento de soluções de inteligência artificial do MPU. Theo observou que a maior demanda de recurso computacional ocorre na fase de treinamento de redes neurais, quando a demanda é diretamente proporcional à quantidade de iterações do modelo sobre o conjunto de dados de treinamento. Considerando o observado, Theo deve analisar a quantidade de vezes que o modelo percorre todo o conjunto de dados de treinamento.

Essa quantidade é representada por uma:

- (A) TPU;
- (B) NPU;
- (C) época;
- (D) feature;
- (E) camada.

45

Observe os conjuntos de dados do MongoDB a seguir.

**Coleções:**

```
Autor: { "_id": 1, "nome": "João", "email": "joao@
www.mpu.mp.br" }
Endereco: { "_id": 101, "usuario_id": 1, "quadra": "202",
"cidade": "Brasília", "cep": "70000-000" }
```

**Resultado da junção:**

```
{ "_id": 1, "nome": "João", "email": " joao@
www.mpu.mp.br ", "detalhes_endereco": [ { "_id": 101,
"usuario_id": 1, "quadra": "202", "cidade": " Brasília",
"cep": "70000-000" } ] }
```

No MongoDB, para realizar operações de junção entre as coleções combinando os dados de Autor e seu respectivo Endereco, deve-se utilizar a operação:

- (A) \$skip
- (B) \$sort
- (C) \$match
- (D) \$group
- (E) \$lookup

46

Observe os seguintes conjuntos de dados e o comando executado no banco de dados processo do MongoDB.

**Coleção:**

```
{ "_id": 1, "descricao": "Processo trabalhista envolvendo
direitos do trabalhador" }
{ "_id": 2, "descricao": "Contrato de trabalho com
cláusulas trabalhistas" }
{ "_id": 3, "descricao": "Processo administrativo de
aposentadoria" }
```

**Consulta:**

```
db.processo.find({ $text: { $search: "trabalhista" } })
.sort({ score: { $meta: "textScore" } })
```

**Resultado:**

```
[
  { "_id": 1, "descricao": "Processo trabalhista
envolvendo direitos do trabalhador", "score": 1.2 },
  { "_id": 2, "descricao": "Contrato de trabalho com
cláusulas trabalhistas", "score": 0.9 }
]
```

No Mongosh, para criar um índice visando a otimizar a execução da consulta apresentada com palavra(s) específica(s) em um campo contendo strings, deve-se executar o comando:

- (A) db.processo.createIndex({"descricao":"2"})
- (B) db.processo.createIndex({"descricao":"2d"})
- (C) db.processo.createIndex({"descricao":"text"})
- (D) db.processo.createIndex({"descricao":"hashed"})
- (E) db.processo.createIndex({"descricao":2dsphere},{unique: true })

47

O analista Mário está utilizando a Biblioteca ITIL para melhorar a prestação de serviços de tecnologia da informação do MPU, começando pelo atendimento ao usuário.

De acordo com a Biblioteca ITIL versão 4, para que haja um ponto de comunicação entre o provedor de serviço e todos os seus usuários, deve-se implementar um service:

- (A) desk;
- (B) request;
- (C) portfolio;
- (D) value system (SVS);
- (E) level agreement (SLA).

48

A gerente de projetos Lúcia está organizando as tarefas de um grande projeto do MPU que envolve diversas pessoas e muitas entregas.

De acordo com o PMBOK 7ª Edição, a lista ordenada de tarefas do projeto a serem executadas de forma priorizada que Lúcia deve usar é:

- (A) backlog;
- (B) roadmap;
- (C) benchmarking;
- (D) caminho crítico;
- (E) Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

49

O diretor de TIC Bruno está implementando o Framework de Privacidade e Segurança da Informação no MPU de acordo com o Guia da Secretaria de Governo Digital. A metodologia para implementação desse framework é composta pela atuação de um Sistema de Controle Interno (SCI) que é dividido em linhas de defesa. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

Para atuar na primeira linha de defesa do SCI, Bruno deve coordenar ações para a definição:

- (A) dos proprietários de ativos;
- (B) da Auditoria Interna (Audin);
- (C) da Secretaria de Controle Interno (Ciset);
- (D) da Autoridade Corporativa de Proteção de Dados;
- (E) da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR).

50

João é consultor de uma empresa de armazenamento de dados e foi contratado pela empresa X para buscar a solução mais adequada. João então elaborou um relatório com os requisitos. A empresa X possui um servidor dedicado e um data center. Esse servidor dedicado exige um controle direto sobre o armazenamento e a segurança dos dados, com acesso à camada de hardware do dispositivo. Entretanto, o data center busca uma solução em um sistema especializado especificamente para block storage, com recursos como capturas instantâneas, provisionamento fino e data replication.

Com base no relatório de João, a empresa X implementará um storage, respectivamente:

- (A) virtual e físico;
- (B) definido por software e físico;
- (C) físico e físico;
- (D) virtual e definido por software;
- (E) físico e definido por software.

**51**

A empresa Y foi contratada para eliminar/mitigar as ameaças existentes após a migração dos serviços de uma multinacional para a nuvem. A empresa Y iniciou o processo de identificação dessas ameaças na nova infraestrutura utilizada e elencou como principais ameaças a serem trabalhadas: funcionários maliciosos, perda de dados ou vazamento e perfis de risco desconhecido.

Como contramedidas a essas ameaças, a empresa Y deverá implementar, respectivamente:

- (A) a adoção de técnicas de autenticação fortes de dois fatores, sempre que possível (monitoramento e envio de alertas sobre informações necessárias) e processos iniciais mais rigorosos de registro e validação;
- (B) o monitoramento de listas negras públicas para os seus próprios blocos de rede, e a garantia de que os fortes controles de autenticação e de acesso estejam implementados com as transmissões sendo encriptadas;
- (C) a determinação de processos de notificação de violação de segurança, a análise da proteção dos dados em tempo de projeto e de execução, e a divulgação dos registros históricos e dos dados correlatos;
- (D) a proibição do compartilhamento das credenciais da conta entre usuários e serviços, a utilização de técnicas de autenticação fortes de dois fatores, sempre que possível, e o emprego de monitoração proativa para detectar atividades não autorizadas;
- (E) a condução de varreduras de vulnerabilidades e auditorias de configuração, o monitoramento do ambiente para mudanças/atividades não autorizadas, e a exigência de transparência nas práticas gerais de segurança e de gerenciamento de informações, bem como de relatórios de conformidade.

**52**

Amanda trabalha em uma empresa de desenvolvimento de aplicações que faz uso de Docker na elaboração de seus projetos. Ela identificou alguns erros na aplicação e precisará executar alguns comandos para corrigir o problema. Inicialmente deverá listar os dockers em execução. Após isso, deverá executar alguns comandos em um Docker listado e reiniciá-lo.

A alternativa que indica os comandos Docker a serem executados por Amanda na ordem correta é:

- (A) ps, exec, stop, start;
- (B) ps, pull, pause, init;
- (C) network, ls, exec, restart;
- (D) ls, pull, stop, restart;
- (E) ps, exec, pause, start.

**53**

O Ministério Público da União (MPU) está criando um departamento de governança de dados, que terá, como uma de suas atividades, controlar a performance de seus servidores federais. O objetivo é alocar o número certo de pessoas em cada departamento de forma a equalizar o trabalho entre todos. Contudo, esse novo departamento deverá trabalhar com dados estatísticos somente, sem acesso a dados de um indivíduo específico.

Como forma de evitar problemas de segurança com relação aos dados armazenados, o Departamento de Segurança do MPU, junto com os DBAs, precisarão:

- (A) usar variáveis de ligação (BIND), além de remover caracteres de escape das cadeias de caracteres de entrada das consultas das aplicações;
- (B) restringir o acesso de funções de banco de dados padronizadas ou personalizáveis, além de funções de agregação como COUNT, SUM, MIN, MAX, AVERAGE, dentre outras;
- (C) restringir o acesso aos dados individualizados com a criptografia de dados críticos, além de proibir sequência de consultas à mesma população de tuplas;
- (D) introduzir pequenas imprecisões ou ruídos nos resultados das consultas, além de efetuar o particionamento do banco de dados;
- (E) atribuir uma classe de segurança para cada programa em execução, além de permitir a leitura para determinados segmentos de memória.

**54**

O Departamento de Infraestrutura do Ministério Público da União (MPU) fará uma reestruturação na rede local de alguns departamentos. O departamento de gestão de dados tem 30 servidores públicos que acessam duas redes independentes, uma para o acesso às bases de dados e outra para o trâmite de documentos, e tem 30 hosts, cada um com duas interfaces de rede para o acesso a cada rede independentemente.

Para que todos os hosts sejam completamente atendidos com acesso a ambas as redes e com o mínimo de perda de endereços IP, o departamento de infraestrutura deverá configurar a máscara de sub-rede para ambas as redes como sendo:

- (A) 255.255.255.240 e 255.255.255.192;
- (B) 255.255.255.224 e 255.255.255.224;
- (C) 255.255.255.192 e 255.255.255.240;
- (D) 255.255.255.128 e 255.255.255.248;
- (E) 255.255.255.0 e 255.255.255.252.

**55**

O Departamento de Segurança do Ministério Público da União (MPU) precisa cifrar um documento para outro departamento de forma a reduzir a necessidade de processamento. Resolveu fazer uso de uma cifra de transposição com a técnica cerca de trilho, pois esse tipo de cifra é um componente das cifras simétricas. A intenção é escrever a mensagem linha a linha e ler por coluna. A ordem de leitura das colunas determina a chave do algoritmo. O texto cifrado é: MINISTERIOPUBLICODAUNIAO.

Após a execução da cifra, o Departamento de Segurança terá como saída, sendo a chave 4132:

- (A) MSIBONITOLDINEPIAAIRUCUO;
- (B) IRUCUONEPIAAITOLDIMSIBON;
- (C) ITOLDIIRUCUONEPIAAMSIBON;
- (D) NEPIAAMSIBONITOLDIIRUCUO;
- (E) ITOLDIMSIBONIRUCUONEPIAA.

**56**

Lara é analista de segurança e está trabalhando em uma aplicação de detecção de cor da pele que seja capaz de identificar características faciais em indivíduos. Após muitos testes, Lara identificou uma brecha de segurança que usa a esteganografia para a ocultação de informações dentro de mídias digitais, adaptando o processo de incorporação às características específicas da mídia de cobertura. Tal fato dificulta a descoberta de um ataque via ocultação da informação.

A brecha de segurança descoberta por Lara faz uso da esteganografia:

- (A) social;
- (B) em mídia de streaming;
- (C) adaptativa;
- (D) física;
- (E) em sistemas IoT (Internet das coisas).

**57**

Karen é funcionária pública do Ministério Público da União (MPU) e foi designada para determinar e implementar controles de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022 para tratamento de riscos de segurança da informação em um sistema de gestão de segurança da informação (SGSI) do MPU, baseado na ABNT NBR ISO/IEC 27001. Entretanto, para iniciar esse processo, Karen precisará determinar, junto com a organização, os requisitos de segurança necessários para atender a demanda do MPU.

Para identificar esses requisitos, as principais fontes de requisitos, segundo a Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022, observadas por Karen, são:

- (A) avaliação de riscos da organização, considerando estratégia e os objetivos globais de negócios e requisitos legais que devem ser cumpridos;
- (B) plano estratégico de Tecnologia da Informação, além de seus requisitos contratuais com as partes interessadas e seu ambiente sociocultural;
- (C) plano de continuidade de negócios e conjunto de princípios, objetivos e requisitos de negócios para as etapas do ciclo de vida da informação do MPU;
- (D) sistema de gestão e continuidade de negócios e avaliação de riscos da organização;
- (E) plano de continuidade de negócios e requisitos regulamentares a serem cumpridos pela organização, assim como suas partes interessadas.

**58**

O Ministério Público da União (MPU) contratou a empresa J para modernizar as conexões de redes existentes entre seu centro de dados (CD) e sua contingência. O objetivo é melhorar a qualidade e a velocidade de transmissão de informações entre esses CD's implementando um sistema Ethernet de 10 Gigabits. Serão substituídos todos os cabos categoria 5e existentes por fibras óticas exigidas para a comunicação em 10 Gbps.

Sabendo-se que a distância dos segmentos entre esses CD's é maior que 15 km, as fibras utilizadas a serem licitadas nesse processo devem ser especificadas como:

- (A) 10GBase - SR;
- (B) 10GBase - LR;
- (C) 10GBase - ER;
- (D) 10GBase - CX4;
- (E) 10GBase - T.

**59**

O Departamento de Infraestrutura do Ministério Público da União (MPU) tem recebido muitos chamados com problemas em sua rede e no tráfego de informações. Alguns usuários mais experientes informaram que o problema estava na camada de sessão do modelo OSI implementado.

O Departamento de Infraestrutura confirmou que a falha estava na camada de sessão do modelo de referência OSI, pois havia problema(s) no(a):

- (A) conversão do formato do dado recebido em um formato comum a ser usado na transmissão desse dado;
- (B) segmentação da informação entre a camada superior e inferior do modelo, além da falta de controle de fluxo da informação;
- (C) detecção de erros que estavam acontecendo em virtude de um possível rompimento de cabo;
- (D) coordenação do fluxo de dados entre os nós comunicantes, no gerenciamento de sessões e na criptografia implementada;
- (E) roteamento de funções, e também na realização da fragmentação e remontagem dos dados.

**60**

Durante a navegação na Internet, Karen identificou que as páginas solicitadas não encontravam, corretamente, o servidor do site, objeto de sua busca. Ela concluiu que sua aplicação enviava, corretamente, o endereço para que fosse buscado, porém o endereço IP correto não estava retornando para sua aplicação.

Em uma pesquisa rápida do problema, Karen descobriu que, no processo de pesquisa pelo IP correto no DNS, o problema estava na pesquisa recursiva contra um conjunto de resolvedores de DNS que rodava no(s):

- (A) resolvedor stub;
- (B) gethostbyname;
- (C) servidor de domínio superior;
- (D) registrantes;
- (E) resolvedor local.

**61**

Amanda está mudando a arquitetura do banco de dados da empresa onde trabalha de forma a torná-lo distribuído. Para melhorar a flexibilidade e ocultar detalhes de implementação de usuários finais, ela está fazendo uso de algumas formas de transparência de dados.

Com intenção de melhoria da performance nas consultas executadas, Amanda tem trabalhado na fragmentação horizontal:

- (A) copiando os mesmos objetos de dados em vários nós da rede;
- (B) distribuindo, por vários nós da rede, algumas tabelas em um subconjunto de linhas;
- (C) permitindo que o comando para uma tarefa seja emitido independentemente da localização dos dados;
- (D) permitindo que uma transação seja distribuída entre os nós da rede;
- (E) distribuindo pelos nós da rede um subconjunto de colunas de algumas tabelas existentes.

**62**

A equipe de banco de dados (BD) do Ministério Público da União (MPU) identificou uma falha não catastrófica no seu sistema, de forma que mantinha o BD em um estado não consistente. Para se recuperar da falha, a equipe identificou que antes as atualizações eram gravadas no log ou no buffer da memória principal e somente eram gravadas no banco após a confirmação da transação. Ao desfazer as operações confirmadas, baseadas no log, a falta de consistência foi removida.

A técnica de recuperação utilizada pela equipe foi o algoritmo:

- (A) NO-UNDO/REDO;
- (B) UNDO/REDO;
- (C) UNDO/NO-REDO;
- (D) logging write-ahead;
- (E) steal/no-force.

**63**

Uma multinacional está implementando um banco de dados distribuído com a intenção de disponibilizar o acesso às suas filiais. Após o sistema entrar em produção, foi identificado um percurso dos dados que violam a política de segurança da empresa. Tal fato permite a redução da classificação por meios impróprios, de forma que uma informação que possui um grau de sigilo maior consegue ser tramitada por um caminho com nível de classificação mais baixo.

A multinacional precisou tomar, como medida, o controle:

- (A) de acesso;
- (B) de inferência;
- (C) da atribuição do nível de segurança;
- (D) da concessão de privilégios;
- (E) de fluxo.

**64**

Virgínia enviará uma informação confidencial a João por um canal não seguro. Ela fará uso de algoritmos simétricos com dois modos de operação diferentes para cada objetivo. O modo de operação A será utilizado para transmitir uma mensagem de baixa entropia (caracteres de inicialização para o modo de operação B) e poderá usar o paralelismo. Já o modo de operação B deverá cifrar o conteúdo da mensagem usando o número de inicialização enviado pelo modo de operação A e, mesmo que a mensagem tenha baixa entropia, o modo de operação B conseguirá remover as estatísticas da mensagem. Os modos A e B fazem uso do completamento da mensagem ao seu final para adequar ao tamanho do bloco.

Portanto, Virgínia fará uso dos modos de operação A e B, respectivamente:

- (A) Counter - OFB;
- (B) OFB - CFB;
- (C) CFB - CBC;
- (D) ECB - CBC;
- (E) ECB - CFB.

**65**

O Departamento de Segurança da Informação implementou um sistema de segurança no Ministério Público da União (MPU) para detectar intrusão e vírus em sua rede local. Eles efetuaram o cálculo da função de hash dos arquivos existentes e guardaram-no de forma segura. Caso houvesse dúvida quanto a algum arquivo malicioso, seu hash seria calculado e comparado com o hash arquivado anteriormente.

A garantia da integridade dos dados para a aplicação de detecção de intrusão e vírus deverá ser conseguida, no mínimo, pela propriedade de resistência:

- (A) à segunda pré-imagem somente;
- (B) à primeira pré-imagem somente;
- (C) a nenhuma pré-imagem nem colisões;
- (D) às primeira e segunda pré-imagens além de colisões;
- (E) a colisões somente.

**66**

Uma empresa de segurança observou que os pacotes transmitidos começaram a não chegar em seus destinos. Suas mensagens eram cifradas com o RSA e estavam sendo direcionadas para uma outra máquina intrusa. O responsável pela segurança foi informado e conseguiu invadir a máquina do destino dos pacotes e identificou que os pacotes sofriam ataques de temporização, ou seja, tentava identificar a variação de tempo em implementações da exponenciação modular (como no RSA). Para dificultar o ataque, foi utilizada a técnica de multiplicar o texto cifrado por um número aleatório antes de realizar a exponenciação.

Em seu relatório, o responsável pela segurança descreveu a técnica usada como:

- (A) tempo de exponenciação constante;
- (B) atraso aleatório;
- (C) análise eletromagnética simples;
- (D) ofuscação;
- (E) análise de potência simples.

**67**

O Ministério Público da União (MPU) está substituindo o sistema operacional Ubuntu de suas estações de trabalho pelo Windows. Para manter as estações de trabalho atualizadas, em conjunto, está sendo implementado um servidor WSUS para gerenciar e distribuir as atualizações.

O Departamento de Suporte está na segunda etapa, chamada de configuração do WSUS, e está trabalhando na atividade de:

- (A) instalação da função de servidor do WSUS;
- (B) escolha de uma abordagem para atribuir computadores clientes a grupos de computadores;
- (C) decisão do cenário de implantação do WSUS;
- (D) configuração do WSUS para aprovar automaticamente a instalação de atualizações para grupos selecionados;
- (E) definição das configurações da política de grupo para atualizações automáticas.

**68**

A empresa Y está revisando sua estrutura e processo de gestão de riscos. Ela se baseia na norma NBR ISO 31000:2018, pois nela existem princípios que convém ser aplicados para que essa gestão seja feita de forma eficaz. A empresa Y está analisando o envolvimento apropriado e oportuno das partes interessadas de forma a obter conhecimentos, pontos de vista e percepções que possam ser considerados. Tal fato resulta em melhor conscientização e gestão de riscos.

Nesse processo, está sendo trabalhado pela empresa Y o princípio:

- (A) personalizado;
- (B) inclusivo;
- (C) dinâmico;
- (D) integrado;
- (E) dos fatores humanos e culturais.

**69**

Aline é gestora de infraestrutura em uma multinacional e observou um crescimento nas quantidades de chamados ao seu departamento relatando lentidão no envio das mensagens. Após algumas verificações, ela identificou que as mensagens não faziam o controle de congestionamento no nível da camada de transporte, nesse caso, no cabeçalho TCP, de forma que o bit que faz esse controle não estava sendo selecionado da maneira correta e o transmissor não recebia a solicitação de redução de velocidade.

Aline resolveu o problema reparando a inserção no cabeçalho do bit:

- (A) ACK;
- (B) URG;
- (C) PSH;
- (D) RST;
- (E) ECE.

**70**

Uma montadora de automóveis está trabalhando em sua linha de produção para instalar sensores em seus veículos que possam detectar falhas iminentes dos seus equipamentos nos veículos que já estão nas ruas, alertando e informando aos motoristas com detalhes e recomendações. Os estados desses sensores vão se modificando conforme o veículo se desloca pelas ruas.

O gerenciamento dessa mudança de contexto a ser feita pelo veículo é uma característica fundamental do sistema IoT elencada na opção:

- (A) segurança;
- (B) interconectividade;
- (C) heterogeneidade;
- (D) mudanças dinâmicas;
- (E) conectividade.

**71**

Como forma de evitar erros em processos manuais, o Ministério Público da União (MPU) está implementando o gerenciamento e provisionamento da infraestrutura por meio de códigos. A equipe de implementação está utilizando dois tipos de abordagens. A primeira abordagem mantém uma lista do estado atual dos objetos do seu sistema, simplificando o gerenciamento da desativação da infraestrutura. Em outra parte do ambiente, serão definidos comandos específicos necessários para obter a configuração desejada, de forma que, após esse processo, os comandos devam ser executados na ordem correta.

Em seu relatório final, a equipe de implementação fez uso das abordagens, respectivamente:

- (A) imperativa - declarativa;
- (B) declarativa - imperativa;
- (C) declarativa - subjetiva;
- (D) subjetiva - imperativa;
- (E) preditiva - declarativa.

**72**

Por ordem da chefia, Wallace está analisando possíveis melhorias ao protocolo da camada de acesso ao meio na rede local onde trabalha. Ele identificou que o protocolo usado escuta o canal quando deseja enviar um quadro e, se ninguém mais estiver transmitindo, inicia a transmissão imediatamente. Contudo, caso o canal esteja sendo utilizado, não ficará escutando o canal para identificar o fim da transmissão anterior. Então, ele aguardará um intervalo aleatório e repetirá o algoritmo.

Wallace identificou que sua rede local faz uso do protocolo:

- (A) CSMA não persistente;
- (B) CSMA 1-persistente;
- (C) CSMA p-persistente;
- (D) CSMA/CD;
- (E) ALOHA.

**73**

Caio recebeu, em seu departamento, um grande número de chamados que relatavam uma lentidão demasiada na execução das consultas no banco de dados que ele mantinha. Então, ele iniciou a busca da solução pelo algoritmo de otimização algébrico heurístico, intrínseco a seu banco de dados. Esse algoritmo é executado em seis etapas e trabalha com algumas regras básicas, que, na maioria das vezes, conseguem melhorar a performance das consultas.

Ao analisar as etapas do algoritmo de otimização, Caio identificou um erro na etapa de:

- (A) desmembramento das operações de seleção com condições conjuntivas em uma cascata de operações de seleção;
- (B) movimentação das operações de seleção o mais baixo possível na árvore de consulta que for permitido pelos atributos envolvidos na condição de seleção;
- (C) reorganização dos nós folhas da árvore de consulta, posicionando as relações com as operações de projeção mais restritivas;
- (D) combinação de um produto cartesiano com uma seleção subsequente na árvore de consulta para uma operação de junção a ser executada;
- (E) desmembramento e movimentação da lista de atributos de projeção para o mais baixo possível, criando novas operações de projeção, conforme a necessidade.

**74**

Mário trabalha em uma empresa que está elaborando seu plano de gerenciamento de riscos. Com o objetivo de estabelecer o valor de cada ativo na organização, ela precisa inicialmente identificar seus riscos em um nível de detalhamento adequado. Baseando-se na norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019, sabe-se que os ativos são divididos em primários e de suporte.

Para facilitar o processo de identificação, Mário iniciou seu documento de ativos primários pelo:

- (A) equipamento automático de processamento de dados, incluindo os itens necessários para sua operação independente;
- (B) software para o gerenciamento de bases de dados e software de gerenciamento de fluxo de trabalho;
- (C) pessoal de produção/manutenção e desenvolvedores;
- (D) processo que contém procedimentos secretos e processos envolvendo tecnologia proprietária;
- (E) meio físico e a infraestrutura, pontes (“relays”) passivas ou ativas e interface de comunicação.

**75**

Uma empresa de TV a cabo está passando por problemas na transmissão do sinal de TV, feita em micro-ondas, a seus clientes. Sabe-se que a comunicação nessa área não atravessa muito bem a parede dos prédios. Além disso, o feixe de transmissão do sinal, mesmo concentrado no transmissor, ainda possui algumas divergências no espaço. A empresa identificou que o grande problema eram as ondas refratadas nas camadas atmosféricas mais baixas que chegavam atrasadas ao receptor ou fora de fase, podendo cancelar o sinal.

A empresa relatou o problema como:

- (A) perda no caminho;
- (B) óptica do espaço livre;
- (C) modulação;
- (D) multiplexação;
- (E) enfraquecimento por múltiplos caminhos.

**76**

Um intruso atacou os servidores DNS do Ministério Público da União (MPU) enviando centenas de solicitações de DNS para o domínio do MPU, assim como um conjunto de respostas falsificadas para as solicitações fingindo ser um servidor de nomes de nível seguinte e carregando uma suposição diferente para o ID da consulta. O servidor de nomes local armazenou o mapeamento em seu cache. Nesse momento, o invasor passou a atuar como intermediário entre os clientes e o servidor (man-in-the-middle). Após isso, o invasor continuou a atacar não um único site, mas a zona inteira de DNS's.

A Divisão de Segurança do MPU iniciou a busca pela solução ao ataque de:

- (A) Kaminsky;
- (B) spoofing de conexão;
- (C) sequestro de conexão;
- (D) envenenamento de ARP;
- (E) canal lateral.

**77**

Davi é gerente de segurança em uma multinacional e recebeu a demanda de implementar a segurança na rede Wi-Fi de uma das filiais. Ele buscou por um protocolo que conseguisse ter um bom nível de segurança e não consumisse muitos recursos com criptografia.

Após alguns estudos, Davi selecionou o WPA2 em virtude de ser um modelo de criptografia mais utilizado em redes sem fio e possuir características voltadas para o uso empresarial e corporativo, além de ter um nível de segurança considerado:

- (A) médio, protocolo de criptografia TKIP e método de autenticação PSK;
- (B) alto, protocolo de criptografia AES e método de autenticação PSK;
- (C) baixo, protocolo de criptografia RC4 e método de autenticação CRC;
- (D) altíssimo, protocolo de criptografia AES e método de autenticação SAE;
- (E) baixo, protocolo de criptografia EAP-MD5 e método de autenticação RADIUS.

**78**

Suzana estava monitorando a rede local de onde trabalha e constatou que houve um comprometimento da segurança. Ela identificou o atacante e notou que ele modificou algumas configurações e modos de funcionamento dos equipamentos de sua rede local. Uma das modificações foi aumentar o domínio de colisão para o equipamento inteiro, em contraste com o que ocorria antes quando cada porta representava seu domínio de colisão. Outra modificação foi deixar todas as portas operando na mesma velocidade, sendo que, anteriormente, cada porta poderia enviar quadros a uma velocidade diferente.

Em seu feedback para a chefia, Suzana informou, corretamente, que:

- (A) o gateway de aplicação da rede local passou a operar como roteador;
- (B) o roteador da rede local foi afetado e passou a operar como HUB;
- (C) o switch da rede local foi afetado e passou a operar como um repetidor;
- (D) o HUB da rede local foi afetado e passou a operar como um repetidor;
- (E) o gateway de transporte foi afetado e passou a operar como um switch.

**79**

O Ministério Público da União (MPU) está disponibilizando para seus servidores públicos uma rede segregada, Wi-Fi, para acesso à Internet isolado da sua rede interna. O Departamento de Infraestrutura informou que, para uma melhor qualidade no acesso, deverá usar canais mais largos, 80 Mhz e 160 Mhz, com modulação 256-QAM e multiusuário com múltiplas entradas e múltiplas saídas com até oito fluxos. Nessa configuração, o limite teórico é de 7 Gbps.

O Departamento de Infraestrutura relatou à chefia que o modelo a ser implementado segundo essas especificações seria o:

- (A) 802.11b;
- (B) 802.11g;
- (C) 802.11n;
- (D) 802.11ac;
- (E) 802.11ax.

**80**

Joana estava acessando algumas páginas na Internet e recebia a mensagem com problemas por falta de verificação de certificado. Ela sabe que, para evitar um gargalo no acesso a certificados, não existe uma única raiz, e sim várias raízes com suas autoridades de registro e autoridades certificadoras. Contudo, Joana identificou que seu problema consistia no não carregamento, efetuado por padrão, das chaves públicas das raízes principais em seu navegador.

Para resolver o problema, Joana, corretamente, fez uma recarga manual:

- (A) da corrente de confiança;
- (B) do caminho de certificação;
- (C) da lista de certificados revogados;
- (D) nos dados de autoridades regionais;
- (E) da âncora de confiança.

**PROVA DISCURSIVA**

---

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO



Realização

